

Prefeitura de Aracaju começa obra de contenção na Avenida Beira-Mar

ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Niúra Belfort

cadernoum@cinform.com.br

■ O projeto de contenção do avanço do mar na Avenida Beira-Mar, Bairro 13 de Julho, começou a ser executado. As primeiras carradas de pedras, que serão utilizadas na obra, foram descarregadas na via pública na sexta-feira pela manhã, dia 25. Os trabalhos serão realizados mesmo sem o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/Rima - estar concluído e sem a realização das pesquisas arqueológicas recomendadas pela Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan - em Sergipe.

Isso porque o prefeito João Alves Filho, DEM, obteve autorização do Tribunal de Justiça de Sergipe - TJ/SE - para iniciá-la no prazo máximo de 30 dias. O desembargador Ricardo Múcio Santana de Abreu considerou procedentes os argumentos contidos no laudo técnico apresentado pela Prefeitura.

Para o magistrado, ficou claro que a Avenida Beira-Mar não suporta mais "a forte incidência das elevadas ondas e o fluxo de automóveis e pedestres, sendo necessária a imediata intervenção na estrutura" e, ainda, que a Lei Federal nº 12.651/2012 dispensa a realização de estudos de impacto ambiental quando há urgência na realização da obra.

VÁRZEA

A decisão foi divulgada na segunda-feira, 21, e a Prefeitura não perdeu tempo. Dois dias depois, foram colocadas duas máquinas na Avenida Beira-Mar e, na sexta, as primeiras pedras. "Elas ficarão na pista, inicialmente, e, depois, serão colocadas na várzea e não no leito do rio", afirma Luiz Durval, presidente da Empresa Municipal de Obras e Urbanização - Emurb.

Se não houver nenhuma intercorrência, a obra orçada em R\$ 4 milhões estará concluída em seis meses. Mas ela corre o risco de ser embargada. O Ministério Público Federal - MPF - pode ingressar com ação judicial, e a Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado - MPE - analisa se recorre ou não da decisão.

Desde março, o MPF/SE acompanha a questão, através de um inquérito civil que investiga a regularidade do licenciamento ambiental. O órgão coletou documentos e solicitou laudo pericial do Ministério, em Brasília, que deve ser concluído em breve.

UNIÃO

O procurador Rômulo Almeida, do MPF/SE, considera a possibilidade de haver uma intervenção federal, diante da decisão do TJ/SE, em autorizar a obra no leito do Rio Sergipe sem

a licença ambiental. "Seja porque o Rio Sergipe é um curso d'água de domínio da União, seja porque a questão passou a se relacionar com a apuração conduzida pelo MPF", afirma.

O Ministério Público Federal e os promotores responsáveis pela ação que tramita na Justiça estadual e Advocacia-Geral da União - AGU - avaliam as medidas para que a discussão seja deslocada para a jurisdição federal. "O MPF ressalta que obras definitivas de contenção do avanço das águas demandam estudos aprofundados a serem realizados no bojo do licenciamento ambiental", enfatiza.

O MPE também está atento à questão, mas ainda não foi intimado e sequer conhece os fundamentos da decisão. O promotor Gilton Feitosa ressalta que o EIA/Rima é fundamental, antes do início do empreendimento, para prever quais os danos possíveis de serem causados e as medidas adotadas para minimizá-los ou tornar o tipo de intervenção desaconselhável.

BARRAR

Para o promotor, é possível barrar a obra. "Sequer a decisão que autoriza o início das obras específicas transitou em julgado e, como não há licença ambiental, o órgão ambiental poderá embargar qualquer obra que se inicie sem a licença, quando essa é exigível", salienta. Portanto, a decisão do TJ/SE pode ser modificada ou anulada. "Logo, poderá haver, em tese, embargo das obras eventualmente iniciadas", salienta.

Segundo Gilton Feitosa, não há risco iminente de destruição da avenida e, sim, risco potencial. "A intervenção definitiva é necessária para prevenir danos graves no futuro, mas não se tem prova da iminência do acontecimento desses danos sobre a via, tudo segundo se avista na Ação Civil Pública do MPE", ressalta. O promotor reconhece que o Município está fazendo o EIA/Rima.

Eduardo Matos, secretário do Meio Ambiente - Sema -, garante que 60% desse estudo estão concluídos, e os primeiros dados obtidos são alarmantes. A Densidade Básica de Oxigênio - DBO - chegou ao nível zero, ou seja, não há mais oxigênio nas águas do Rio Sergipe nessa região.

"Quando a onda bate e respinga em quem passa, essa pessoa está inalando coliforme fecal. Os exames provam que o rio está subdegradado", alerta. O secretário Eduardo Matos contesta o MPE e assegura que há risco iminente de desabamento da balaustrada da Avenida Beira-Mar, e, para tentar esclarecer todas essas questões, ele terá uma reunião com o procurador Rômulo Almeida nesta terça-feira, 29, na sede do MPF/SE, às 15h. ■